ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

ENANGRAD Pleno

TÍTULO DO TRABALHO: DO CAMPO À COMUNIDADE: A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE PROJETOS IMPLEMENTADOS VIA PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PELO AGRONEGÓCIO EM PIRACURUCA-PI

RESUMO

A expansão do agronegócio em regiões de fronteira agrícola, como o Piauí, tem reconfigurado as dinâmicas sociais locais e demandado novos arranjos de governança para suprir carências de infraestrutura e serviços. Este estudo teve como objetivo analisar a contribuição social de uma grande empresa do agronegócio, aqui denominada pelo nome fictício Fazenda Vale Verde, para o desenvolvimento local de Piracuruca-PI, a partir dos projetos sociais implementados via parcerias público-privadas (PPPs). A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem mista (quali-quanti), caracteriza-se como estudo de caso descritivo e exploratório. A coleta combinou observação direta, entrevistas semiestruturadas com gestores e com alunos dos projetos e questionário estruturado aplicado a oitenta usuários da Escola Social de Artesanato. Os resultados indicam que a contribuição social dos projetos é visível e, em alguns casos, duradoura, refletida na ampliação do convívio social (97,5% de concordância), na melhoria da rotina (93,8%) e da qualidade de vida (80,0%) e em trajetórias de continuidade entre os beneficiários, como a inserção de alunos na banda municipal de música. A divisão de responsabilidades, na qual a empresa realiza o investimento físico e o poder público assume a gestão continuada, mostrou-se decisiva para a sustentabilidade das iniciativas, enquanto o projeto conduzido sem corresponsabilização estatal foi desativado. Conclui-se que a empresa atua como agente de desenvolvimento social efetivo, sustentado pela qualidade e formalização de sua relação com o poder público.

Palavras-chave: Agronegócio; Desenvolvimento Local; Parcerias Público-Privadas; Projetos Sociais.

ABSTRACT

The expansion of agribusiness in agricultural frontier regions, such as Piauí, has reconfigured local social dynamics and demanded new governance arrangements to meet shortfalls in infrastructure and services. This study aimed to analyze the social contribution of a large agribusiness company, referred to here by the fictitious name Fazenda Vale Verde, to the local development of Piracuruca-PI, based on the social projects implemented through public-private partnerships (PPPs). The research, of an applied nature with a mixed approach (quali-quanti), is characterized as a descriptive and exploratory case study. Data collection combined direct observation, semi-structured interviews with managers and with students of the projects, and a structured questionnaire applied to eighty users of the Social Handicraft School. The results indicate that the social contribution of the projects is visible and, in some cases, lasting, reflected in the expansion of social interaction (97.5% agreement), improvement of daily routine (93.8%) and quality of life (80.0%), and in continuity trajectories among

beneficiaries, such as the insertion of students in the municipal music band. The division of responsibilities, in which the company carries out the physical investment and the public authorities assume continued management, proved decisive for the sustainability of the initiatives, whereas the project conducted without state co-responsibility was deactivated. It is concluded that the company acts as an effective agent of social development, sustained by the quality and formalization of its relationship with the public authorities.

Keywords: Agribusiness; Local Development; Public-Private Partnerships; Social Projects.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira agrícola brasileira em novas regiões, como o Piauí, tem reconfigurado as dinâmicas sociais e territoriais locais. Para Frederico, Albuquerque e Almeida (2024), esse processo se manifesta pela sobreposição de um modelo produtivo hegemônico sobre sistemas preexistentes, e Campêlo e Silva (2025) acrescentam que as grandes empresas agrícolas deixaram de ser unidades de produção isoladas para se consolidar como agentes centrais nos municípios onde se instalam. Esse dinamismo, todavia, traz consigo novas e complexas demandas por infraestrutura e serviços nas pequenas cidades que sustentam a atividade (Rufo; Sobrinho; Araújo, 2019).

O crescimento produtivo, no entanto, não se distribui de forma equivalente no tecido social. Ao avaliarem 305 municípios do Matopiba, Moura e Campos (2023) constataram que 90,16% deles apresentaram Índice de Desenvolvimento Rural muito baixo ou baixo, e Lima et al. (2025) mostraram que os ganhos fiscais decorrentes da expansão da soja não se traduziram em melhorias significativas nos indicadores educacionais. Esse descompasso entre a riqueza produzida e a capacidade do Estado de prover serviços públicos adequados aprofunda a desigualdade territorial e a vulnerabilidade social (De Benedicto et al., 2025). Para mitigar esse déficit, ganha relevo a necessidade de responsabilidade compartilhada e de cooperação entre os setores público e privado.

É nesse contexto que a articulação entre o setor privado e o poder público se apresenta como alternativa de gestão. Nakamura (2019) e Santos Junior (2024) entendem a governança colaborativa como resposta pragmática à necessidade de otimizar recursos e ampliar a eficiência na oferta de políticas públicas, arranjo em que a titularidade e a responsabilidade pelo serviço permanecem com o poder público (Gonçalves, 2021). Essa cooperação, contudo, não garante, por si só, resultados sociais efetivos: Pires (2024) adverte que a simples existência de um projeto não assegura desenvolvimento local real, e Silva Neto (2025) acrescenta que as avaliações frequentemente se restringem à entrega da obra, focando em outputs em vez de outcomes e negligenciando a transformação da vida das pessoas no longo prazo.

Diante dessa lacuna, o município de Piracuruca-PI emerge como estudo de caso emblemático, por combinar desafios sociais persistentes e a expansão recente de grandes empreendimentos do agronegócio. Nesse cenário, destaca-se uma grande empresa agrícola, aqui denominada pelo nome fictício Fazenda Vale Verde, que estrutura e implementa projetos sociais em cooperação direta com o poder público municipal. A presente pesquisa é norteada, assim, pela seguinte questão-problema:

como se configura a contribuição social da Fazenda Vale Verde para o desenvolvimento local de Piracuruca-PI, a partir dos projetos sociais implementados via parcerias público-privadas?

Para responder a essa pergunta, o objetivo geral é analisar a contribuição social da Fazenda Vale Verde para o desenvolvimento local de Piracuruca-PI, a partir dos projetos sociais implementados via parcerias público-privadas. Para alcançar este propósito, foram delineados três objetivos específicos: (i) caracterizar o perfil da Fazenda e sua inserção no município; (ii) identificar os projetos sociais e as ações de cooperação decorrentes das parcerias entre a empresa e o poder público; e (iii) analisar a contribuição social dos projetos na percepção de gestores e beneficiários.

A pertinência deste estudo reside na análise do protagonismo assumido por grandes empreendimentos na dinâmica territorial, investigando se os projetos sociais decorrentes dessa cooperação geram efetividade pública ou apenas legitimidade corporativa. Conforme Lima et al. (2021), a avaliação de iniciativas dessa natureza exige uma análise capaz de evidenciar a materialidade dos benefícios entregues à comunidade. O artigo organiza-se em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Expansão do agronegócio no Piauí e seus reflexos sociais

A expansão da fronteira agropecuária figura entre os processos de maior impacto socioespacial no território brasileiro. Rufo, Sobrinho e Araújo (2019) destacam que o Estado teve papel fundamental na construção de regiões produtivas como o Matopiba (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), ao promover fomento e infraestrutura, privilegiando agentes hegemônicos ligados ao agronegócio. Segundo Frederico, Albuquerque e Almeida (2024), essa expansão ocorreu sobre áreas atrativas pelo relevo plano e pela aptidão à mecanização, e seu ímpeto, para Campêlo e Silva (2025), está ligado à globalização e à demanda internacional por commodities.

Esse dinamismo econômico, contudo, não se converte automaticamente em desenvolvimento socialmente distribuído. Moura e Campos (2023), ao avaliarem 305 municípios do Matopiba, verificaram que 90,16% deles apresentaram Índice de Desenvolvimento Rural muito baixo ou baixo, revelando que os territórios com maiores produtos internos brutos agrícolas não figuram, em regra, entre os de melhor desempenho social. Essa contradição é corroborada por Lima et al. (2025), que identificaram efeitos positivos da expansão da soja sobre as receitas municipais sem que tais ganhos se traduzissem em melhorias nos indicadores educacionais, e por Rufo, Sobrinho e Araújo (2019), para quem as cidades que dão suporte à atividade convivem com a ampliação das desigualdades socioespaciais.

O modelo, embora promova dinamismo, mostra-se socialmente excludente para Frederico, Albuquerque e Almeida (2024) e Campêlo e Silva (2025), ao intensificar a concentração fundiária e pressionar os territórios de comunidades tradicionais. Compreender essa distância entre crescimento econômico e transformação social remete, assim, ao conceito de desenvolvimento local.

2.2 Desenvolvimento local e a dimensão social

O desenvolvimento local constitui um processo complexo que, segundo Oliveira e Oliveira (2022), transcende a simples métrica do crescimento econômico para se

firmar como estratégia de transformação social e territorial, voltada à melhoria da qualidade de vida e dos indicadores de bem-estar da população. A dimensão social desse processo diz respeito à capacidade de o território converter o dinamismo produtivo em qualidade de vida, coesão social e ampliação de oportunidades.

Nessa direção, Sousa e Souza (2019) sustentam que o capital social constitui dimensão constitutiva, e não meramente acessória, do desenvolvimento territorial, ao argumentarem que as redes de confiança e as normas de reciprocidade condicionam a apropriação local dos resultados de empreendimentos externos. Braga et al. (2023), ao mensurarem o capital social em um arranjo produtivo local, evidenciam que a ação coletiva prévia e o perfil organizacional dos participantes são determinantes para a coesão comunitária e para a viabilidade das iniciativas locais, enquanto Padilha e Souza (2019) ponderam que esse capital não emerge espontaneamente, dependendo de trajetórias históricas de articulação e de mediação institucional efetiva.

Quando o território recebe agentes externos, como grandes empreendimentos, a organização social torna-se condição ainda mais decisiva. Para Matos e Passos (2021), a gestão social é premissa indispensável para a mitigação dos impactos de investimentos exógenos, pois é a capacidade de organização local que permite ao território absorver e redirecionar as forças externas. Em última instância, a efetividade social manifesta-se na melhoria do bem-estar e na redução das vulnerabilidades, como demonstram Freitas, Rambo e Schneider (2014) ao associar a diversificação de atividades no meio rural a melhores indicadores de bem-estar, e como alertam Reis e Véras (2024) ao descrever os territórios da vulnerabilidade, cuja superação requer políticas atentas às reais necessidades locais.

Diante desse cenário, a atuação de um grande empreendimento como agente de desenvolvimento social depende menos do volume de seus investimentos e mais da qualidade de sua relação com a comunidade, como sugere Gaviria (2015) ao discutir a licença social para operar, fundada em legitimidade, confiança e diálogo, condição que se sustenta por meio de arranjos de cooperação capazes de articular recursos privados às necessidades coletivas, tema do tópico seguinte.

2.3 Governança colaborativa e parcerias público-privadas

A crescente complexidade das demandas sociais tem evidenciado os limites do Estado em prover, isoladamente, todos os bens e serviços necessários ao desenvolvimento. Nesse contexto, a governança colaborativa emerge como resposta pragmática à necessidade de otimizar recursos e ampliar a eficiência das políticas públicas (Nakamura, 2019; Santos Junior, 2024), modelo de gestão que reconhece a interconexão dos atores sociais e a natureza reticular dos problemas públicos (Oliveira et al., 2024). Nele, o papel do setor privado distingue-se da privatização, pois a titularidade do serviço e a responsabilidade final permanecem com o poder público, que delega a execução e mantém a regulação e a fiscalização (Gonçalves, 2021).

As parcerias público-privadas (PPPs) são a principal formalização desses arranjos, concebidas para canalizar investimentos privados a áreas estratégicas e suprir a carência de recursos estatais (Santos Junior, 2024). Nakamura (2019) adverte, contudo, que sua adoção só se justifica mediante análise rigorosa de custo-benefício, com planejamento capaz de assegurar a salvaguarda do interesse público. Para Cunha (2025), quando bem estruturada, essa união de esforços mostra-se decisiva para a transformação da infraestrutura local e para a geração de valor social nas regiões de forte atuação do agronegócio.

A sustentabilidade e a legitimidade desses arranjos dependem fundamentalmente da transparência e da accountability (Gonçalves, 2021; Santos Junior, 2024), bem como de fatores institucionais, interorganizacionais e financeiros que, segundo Sant'Anna (2021), condicionam a estabilidade e a legitimidade democrática da colaboração. Sua consolidação, no entanto, depende da capacidade de demonstrar que a cooperação gera, de fato, transformações sociais concretas para a comunidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa e delimitação da área de estudo

Quanto à natureza, esta investigação classifica-se como pesquisa aplicada, categoria que, segundo Gil (2019), caracteriza-se pelo interesse em gerar conhecimentos voltados à resolução de problemas específicos da realidade social. Quanto à abordagem, o estudo é quali-quantitativo, pois a integração de métodos permite, segundo Creswell (2013), uma compreensão mais abrangente do fenômeno: a vertente qualitativa desvela a complexidade das relações institucionais entre a empresa e o poder público (Minayo, 2016), enquanto a quantitativa assegura maior rigor no tratamento dos dados coletados junto aos beneficiários (Richardson, 2017). Em relação aos objetivos, a pesquisa assume caráter descritivo e exploratório (Gil, 2019) e, quanto aos procedimentos, configura-se como estudo de caso, adequado, conforme Yin (2015), a investigações que buscam análise profunda de uma unidade específica em seu contexto real.

A área de estudo compreende o município de Piracuruca, no estado do Piauí, que se estende por 2.368,936 km² e contava com 28.846 habitantes em 2022 (IBGE, 2023a). É nesse contexto que se insere a empresa objeto deste estudo. Por razões de confidencialidade, a identidade da organização foi preservada, adotando-se, ao longo de todo o texto, o nome fictício Fazenda Vale Verde para designá-la, sem prejuízo da fidedignidade das informações analisadas. Integram ainda a delimitação do estudo os projetos sociais mantidos pela empresa no município, os quais constituem o lócus de observação de sua atuação social: uma Escola Social de Música, uma Escola Social de Artesanato e um Centro de Produção Comunitário.

3.2 Universo da pesquisa, instrumentos de coleta e análise dos dados

O universo da pesquisa compreende os múltiplos atores envolvidos na dinâmica dos projetos sociais, e a definição da amostra seguiu critérios de intencionalidade e acessibilidade, estratificada em três grupos. No nível estratégico-institucional, foram entrevistados um gestor da Fazenda (diretor) e o gestor municipal responsável pela área de administração e finanças. No nível de gestão dos projetos, foram entrevistados os dois gestores responsáveis pela coordenação da Escola Social de Música e da Escola Social de Artesanato. No nível dos beneficiários, foram realizadas quatro entrevistas, com dois participantes de cada escola, e aplicado um questionário estruturado a oitenta usuários da Escola Social de Artesanato.

A coleta ocorreu entre março e junho de 2026, por meio de roteiros de entrevista semiestruturada específicos para cada perfil, observação direta in loco dos espaços dos projetos e questionário estruturado com itens sociodemográficos, de vínculo e de percepção, este último em escala Likert de cinco pontos (Likert, 1932). A triangulação de fontes foi adotada para fortalecer a validade dos achados (Creswell, 2013); as

entrevistas foram tratadas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) e os dados do questionário, por estatística descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Fazenda Vale Verde: caracterização do empreendimento

A compreensão da atuação social da Fazenda Vale Verde exige, preliminarmente, a apresentação do empreendimento. Instalada em Piracuruca em 2008, a empresa integra um grupo empresarial consolidado, com histórico que remonta à década de 1940, condição que lhe confere estrutura de gestão e capacidade de investimento que a distinguem das propriedades rurais de menor escala da região. Concebido originalmente para a produção de matéria-prima de biodiesel, o projeto foi reorientado, já nos primeiros anos, para a sojicultura, diante do desempenho da cultura em variedade adaptada às condições locais, e a trajetória posterior foi marcada pela diversificação, com a incorporação de atividades de pós-colheita, em 2010, e da pecuária de exportação, entre 2012 e 2013. O Quadro 1 sintetiza o perfil do empreendimento.

Quadro 1 – Perfil e caracterização da Fazenda Vale Verde

Aspecto	Caracterização
Início das atividades	Ano de 2008, no município de Piracuruca-PI, a cerca de 33 km da sede urbana.
Vínculo empresarial	Integra grupo empresarial consolidado, com histórico iniciado na década de 1940.
Estrutura produtiva	Cinco unidades, totalizando cerca de 12.000 hectares: três destinadas a grãos (aprox. 8.500 ha) e duas à pecuária.
Atividades principais	Cultivo de soja (cultura principal), milho, sorgo e milheto; pecuária bovina voltada à exportação.
Base tecnológica	Agricultura de precisão, mecanização, correção de solo e controle fitossanitário; produção majoritariamente em regime de sequeiro.
Quadro de pessoal	Cerca de 56 empregados permanentes, ampliados por contratações temporárias nas safras; força de trabalho majoritariamente residente no município.
Principais desafios	Estiagem e incidência de pragas, que exigem monitoramento constante e investimento contínuo em manejo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Do ponto de vista da inserção social no território, merece destaque o fato de a força de trabalho da empresa ser majoritariamente composta por moradores do próprio município, configuração que enraíza o empreendimento no cotidiano local e cria as condições de proximidade que sustentam a cooperação com o poder público e a implementação dos projetos sociais.

O perfil descrito situa a Fazenda Vale Verde como empreendimento de grande porte, tecnificado e orientado ao mercado, cuja escala é coerente com o processo descrito por Frederico, Albuquerque e Almeida (2024), no qual a expansão do agronegócio se manifesta pela sobreposição de um modelo produtivo hegemônico sobre as dinâmicas territoriais preexistentes. De acordo com Campêlo e Silva (2025), as grandes empresas agrícolas deixaram de ser unidades de produção isoladas para se consolidar como agentes centrais nos territórios em que se instalam. É a partir dessa condição, a de agente de peso no município, que se torna possível examinar,

nas seções seguintes, em que medida sua atuação se traduz em contribuição social efetiva para o desenvolvimento local.

4.2 A cooperação com o poder público e os projetos sociais

A Fazenda Vale Verde consolidou-se, ao longo de sua atuação em Piracuruca-PI, como parceira do poder público municipal na execução de ações de cunho social, aproximação que decorre, em grande medida, da iniciativa pessoal de seu diretor. Entre as ações de menor escala destacam-se a restauração de prédios públicos, atualmente utilizados como espaço de apoio a profissionais de saúde, e a arborização de vias públicas urbanas por meio do plantio de espécies nativas, iniciativa que, para além do efeito paisagístico e ambiental, reveste-se de valor simbólico e identitário para a comunidade. Tais intervenções, de caráter localizado, antecedem e coexistem com três projetos sociais de maior envergadura, sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese dos projetos sociais mantidos em Piracuruca-PI

Aspecto	Escola Social de Música (2022)	Escola Social de Artesanato (2024)	Centro de Produção Comunitário (2024)
Objeto e finalidade	Educação musical gratuita, formação de músicos e desenvolvimento afetivo, psíquico e social dos alunos.	Cursos gratuitos de crochê, pintura, bordado, tricô, amigurumi e capoeira, promovendo qualificação e valorização cultural.	Produção comunitária em assentamento rural, voltada ao desenvolvimento da comunidade local.
Atuação da empresa	Construção e estruturação física do espaço e doação dos instrumentos musicais.	Restauração do prédio público que abriga a escola e doação dos equipamentos das oficinas.	Construção integral do centro e financiamento do projeto por alguns meses.
Atuação do poder público	Gestão direta, com um gestor e três professores que atendem à comunidade e às escolas municipais.	Gestão direta, com estrutura preparada para receber 400 alunos.	Sem envolvimento na concepção, no financiamento ou na gestão.
Origem da iniciativa	Poder público, a partir de projeto apresentado na Câmara Municipal.	Poder público, a partir de projeto apresentado na Câmara Municipal.	Iniciativa privada do diretor da empresa.
Situação atual	Em funcionamento.	Em funcionamento.	Desativado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O conjunto das intervenções permite distinguir dois tipos de atuação: as ações pontuais, de caráter compensatório e localizado, e os projetos estruturantes, voltados à oferta continuada de serviços à população. Tomadas em conjunto, as iniciativas abrangem cultura, educação, qualificação profissional, saúde, meio ambiente e produção rural, alcançando públicos variados. A análise conjunta revela, ainda, um padrão na divisão de responsabilidades: nas duas escolas sociais, a empresa concentrou-se no investimento físico, enquanto a prefeitura assumiu a gestão e a operação continuada, configuração que se aproxima do modelo de governança colaborativa descrito por Gonçalves (2021), no qual a titularidade e a responsabilidade final pelo serviço permanecem com o poder público.

O Centro de Produção Comunitário oferece um contraponto esclarecedor: concebido e mantido apenas pela empresa e pelos moradores, sem envolvimento da gestão municipal, encontra-se atualmente desativado. Esse desfecho sugere que a

ausência de corresponsabilização do poder público tende a comprometer a continuidade de iniciativas dessa natureza, reforçando a relevância dos arranjos cooperativos para a sustentabilidade das ações sociais no território, na linha do que apontam Nakamura (2019) e Santos Junior (2024) sobre as condições de êxito das parcerias.

4.3 Os projetos sociais na visão de seus gestores

As duas escolas funcionam em escalas diferentes. A Escola de Música atende cerca de 200 alunos, número que cresceu graças à parceria com a rede municipal de ensino, que destinou os turnos da manhã e da tarde aos alunos das escolas municipais e a noite às turmas da comunidade. A Escola de Artesanato reúne cerca de 80 alunos cadastrados e funciona abaixo de sua capacidade, situação que sua gestão associa a uma expansão ainda em andamento. O Quadro 3 sintetiza a leitura comparativa entre os projetos.

Quadro 3 – Síntese comparativa das escolas sociais na visão de seus gestores

Aspecto	Escola de Música	Escola de Artesanato
Número de alunos e evolução	Cerca de 200 alunos, em crescimento, impulsionado pela integração com a rede municipal.	Cerca de 80 alunos cadastrados, ainda com vagas a preencher e oferta em ampliação.
Modalidades oferecidas	Violão, flauta, teclado, bateria, coral e canto.	Crochê, pintura, bordado, tricô, decoração e capoeira.
Nível de aprendizagem	Bom aproveitamento, com acompanhamento individual e avanços na percepção musical.	Bom desenvolvimento, atribuído ao caráter prático das atividades.
Inserção pública e destino da produção	Apresentações próprias e participação em eventos do município.	Comercialização independente das peças pelos alunos, incentivada por feiras e eventos.
Caso de impacto citado	Aluna com deficiência visual incluída e desenvolvida por meio da música, com participação em apresentações públicas.	Alunos que, sem experiência prévia, passam a obter renda complementar para suas famílias.
Indicadores formais de acompanhamento	Não relatados.	Não relatados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026) com base nas entrevistas.

É na forma de inserir os alunos que os projetos seguem caminhos próprios: a Escola de Música volta-se à formação cultural e à presença pública, ao passo que a Escola de Artesanato orienta-se à produção e à comercialização independente das peças pelos próprios alunos. Nenhum dos gestores relatou a existência de indicadores, registros ou relatórios sistemáticos de acompanhamento, o que sugere que a avaliação dos resultados se apoia principalmente em impressões qualitativas. Essa ausência pode indicar tanto um funcionamento sem problemas relevantes quanto um olhar predominantemente positivo de quem coordena, o que recomenda cautela e reforça a importância de ouvir os próprios usuários, como se faz nas seções seguintes.

4.4 O perfil dos usuários da Escola de Artesanato

A aplicação do questionário a 80 usuários da Escola de Artesanato permite confrontar a visão da gestão com a percepção de quem frequenta o projeto. O perfil dos respondentes, sintetizado no Quadro 4, revela um público predominantemente

feminino (66,3%), distribuído por ampla faixa etária, com maior concentração entre 36 e 59 anos, e de escolaridade majoritariamente baixa ou intermediária, o que sinaliza um público para o qual a qualificação ofertada pode representar via relevante de inclusão social e produtiva.

Quadro 4 – Perfil sociodemográfico dos usuários da Escola de Artesanato (n = 80)

Característica	**n**	**%**
Faixa etária		
Até 17 anos	14	17,5
18 a 25 anos	10	12,5
26 a 35 anos	12	15,0
36 a 45 anos	19	23,8
46 a 59 anos	17	21,3
60 anos ou mais	8	10,0
Gênero		
Feminino	53	66,3
Masculino	27	33,8
Escolaridade		
Sem instrução / Fundamental incompleto	23	28,8
Fundamental completo	15	18,8
Médio incompleto	8	10,0
Médio completo	27	33,8
Superior incompleto	3	3,8
Superior completo ou mais	4	5,0

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Quanto ao vínculo com o projeto, os dados do Quadro 5 mostram uma adesão recente e frequente: a maioria participa há menos de seis meses (58,8%), o que é coerente com a fase de expansão descrita pela gestão, e comparece com regularidade semanal (77,5%). A divulgação se dá sobretudo pelas redes sociais (51,3%), seguidas do poder público municipal (26,3%). A maioria dos usuários (63,8%) participa por aprendizado ou lazer, e a comercialização das peças, quando ocorre, é majoritariamente ocasional, o que já antecipa que a natureza da contribuição do projeto se situa, sobretudo, no campo social.

Quadro 5 – Vínculo dos usuários com o projeto (n = 80)

Vínculo com o projeto	**n**	**%**
Tempo de participação		
Menos de 6 meses	47	58,8
De 6 meses a 1 ano	19	23,8
De 1 a 2 anos	8	10,0
Mais de 2 anos	6	7,5
Frequência de participação		
Diária	10	12,5
Semanal	62	77,5
Quinzenal	8	10,0

Como ficou sabendo do projeto		
Redes sociais / internet	41	51,3
Poder público municipal	21	26,3
Indicação de amigos / familiares	11	13,8
Outro	7	8,8
Motivação principal da participação		
Aprendizado ou lazer	51	63,8
Renda complementar	29	36,3

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Cabe um registro metodológico: os itens do questionário relativos à situação ocupacional, à renda familiar e ao recebimento de benefícios sociais não retornaram respostas tabuladas, razão pela qual o perfil socioeconômico dos usuários não pôde ser detalhado nesses pontos.

4.5 A percepção de contribuição social dos usuários

A etapa de percepção é a que melhor sintetiza a natureza da contribuição do projeto. O Quadro 6 reúne, para cada afirmação da dimensão social, a proporção de respondentes que discordaram (níveis 1 e 2), que se mantiveram neutros (nível 3) e que concordaram (níveis 4 e 5), ao lado da média obtida na escala de cinco pontos.

Quadro 6 – Percepção dos usuários quanto à contribuição social do projeto (n = 80)

Afirmação	Discordância (1 e 2)	Neutro (3)	Concordância (4 e 5)	Média (1 a 5)
A participação no projeto melhorou a minha qualidade de vida.	3,8%	16,3%	80,0%	4,22
Minha autoestima e autoconfiança aumentaram desde que entrei no projeto.	17,5%	35,0%	47,5%	3,30
Sinto-me mais realizado(a) e útil ao produzir o meu próprio artesanato.	35,0%	0,0%	65,0%	3,50
Fiz novas amizades e ampliei o meu convívio social.	0,0%	2,5%	97,5%	4,61
Sinto-me mais valorizado(a) e reconhecido(a) pelas pessoas ao meu redor.	18,8%	52,5%	28,8%	3,16
O projeto me ajudou a ocupar melhor o meu tempo e a ter uma rotina mais satisfatória.	0,0%	6,3%	93,8%	4,36
Adquiri habilidades que ampliaram minhas oportunidades.	27,5%	17,5%	55,0%	3,30

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados evidenciam uma contribuição social expressiva. A ampliação do convívio social reúne 97,5% de concordância, com média de 4,61, a melhoria da rotina e do uso do tempo alcança 93,8%, com média de 4,36, e a melhoria da qualidade de vida chega a 80,0%, com média de 4,22. Itens ligados ao reconhecimento externo e à autoestima apresentam concordância mais moderada, com parcelas relevantes de neutralidade, o que é compatível com um público majoritariamente recente, com menos de seis meses de participação, para o qual os efeitos mais subjetivos podem ainda estar em construção. Já a aquisição de habilidades que ampliam oportunidades

reúne 55,0% de concordância, indicando que a qualificação constitui ganho social relevante do projeto.

Esse conjunto aproxima a Escola de Artesanato de um espaço de bem-estar, sociabilidade e qualificação, leitura que dialoga com Freitas, Rambo e Schneider (2014), para quem a qualificação e a diversificação de atividades funcionam como fontes de bem-estar que não se limitam à renda em dinheiro, e reforça a advertência recorrente na literatura de que desenvolvimento e crescimento econômico não são sinônimos, de modo que os efeitos mais fortes do projeto aparecem no convívio, no uso significativo do tempo e na melhoria percebida da qualidade de vida.

4.6 A experiência na perspectiva dos usuários

Se o questionário fornece o retrato agregado, as conversas com quatro participantes, dois de cada escola, dão profundidade a esse retrato e revelam trajetórias que os números, sozinhos, não captam. Entre os usuários do artesanato, o ponto mais imediato é o do bem-estar e do convívio. Um participante das oficinas de capoeira (Entrevistado 1), que ingressou no início do ano, resume nesses termos o que mudou em sua rotina:

> "Depois que comecei a participar, percebi que tem me ajudado bastante, tanto fisicamente [...] mas também na parte pessoal, tenho feito novos amigos aqui, me sinto mais ativo, disciplinado e feliz." (Entrevistado 1, 2026).

O relato traduz, em experiência concreta, justamente os itens de maior concordância no Quadro 6: a ampliação do convívio, a melhoria da rotina e o bem-estar. Já uma usuária que atuava como artesã antes de ingressar (Entrevistada 2) relata que passou a produzir com mais facilidade e a melhorar a qualidade do trabalho, e descreve o vínculo social formado ao redor da atividade:

> "Hoje temos nosso grupinho de mulheres que se reúne até fora da escola para produzir peças, trocar experiências e conversar. Isso acabou criando um vínculo muito bom entre a gente." (Entrevistada 2, 2026).

Esse arranjo informal, que extrapola o espaço e o horário da escola, é a expressão concreta do capital social discutido no referencial: reaparecem as redes de confiança e reciprocidade descritas por Sousa e Souza (2019) e a coesão comunitária que Braga et al. (2023) associam à viabilidade das iniciativas. A mesma usuária menciona ainda a oportunidade de expor suas peças em feiras com apoio da prefeitura, confirmando os canais de inserção pública indicados pela gestão.

Nas vozes da Escola de Música, ganha destaque a continuidade, ou seja, a permanência dos efeitos para além do tempo de projeto. Um participante que esteve entre os primeiros inscritos (Entrevistado 3) relata que, diante da dificuldade inicial com o violão, foi reorientado pelo professor para a flauta e, em seguida, para o clarinete, e, após cerca de dois anos de escola, conquistou uma vaga na banda de música da cidade, seguindo na atividade. Caminho parecido aparece no relato de um aluno que ingressou em 2024 (Entrevistado 4): começou no violão, migrou para a guitarra e, diante da ausência do instrumento na escola, juntou dinheiro para adquirir o seu próprio, continuando a tocar e a se apresentar.

Esses caminhos têm valor especial para a análise. Quando um participante passa a integrar a banda municipal e outro adquire o próprio instrumento para prosseguir, o que se observa não é a simples frequência a um curso, mas um resultado que dura e transforma a vida do participante. É precisamente a distinção que Silva Neto (2025) e Pires (2024) propõem entre outputs e outcomes, isto é, entre a entrega da atividade e a efetiva transformação social de longo prazo. Sob esse

critério, ao menos nos casos relatados, a Escola de Música evidencia outcomes, e não apenas a oferta de aulas.

Vale ponderar que as quatro conversas refletem o ponto de vista de participantes engajados, que tendem a dar mais peso a trajetórias bem-sucedidas, razão pela qual ganham força quando lidas em conjunto com o questionário, cujas parcelas de neutralidade equilibram o quadro. Tomadas as duas fontes, forma-se um retrato no qual a contribuição social dos projetos é clara e, em alguns casos, duradoura, dependente, contudo, da continuidade e da organização dos próprios beneficiários, condição que Matos e Passos (2021) consideram decisiva quando o território recebe agentes externos.

4.7 Síntese da contribuição social

Reunidos os achados das seções anteriores, o Quadro 7 sintetiza as principais dimensões da contribuição social identificada, as evidências que as sustentam e os autores com os quais cada resultado dialoga, oferecendo uma visão de conjunto da atuação social da empresa no território.

Quadro 7 – Síntese da contribuição social da Fazenda Vale Verde em Piracuruca-PI

Dimensão da contribuição	Principais evidências	Diálogo com a literatura
Convívio e sociabilidade	Ampliação do convívio social com 97,5% de concordância (média 4,61); formação espontânea de grupos de produção e convivência fora do espaço da escola.	Sousa e Souza (2019); Braga et al. (2023)
Qualidade de vida e rotina	Melhoria da qualidade de vida para 80,0% dos usuários (média 4,22) e da rotina e do uso do tempo para 93,8% (média 4,36).	Oliveira e Oliveira (2022); Freitas, Rambo e Schneider (2014)
Qualificação e habilidades	Aquisição de habilidades que ampliam oportunidades para 55,0% dos usuários; oferta gratuita e diversificada de cursos e modalidades.	Freitas, Rambo e Schneider (2014)
Inclusão social	Atendimento de público de baixa escolaridade e ampla faixa etária; caso de inclusão de aluna com deficiência visual por meio da música.	Reis e Véras (2024); Matos e Passos (2021)
Continuidade e transformação (outcomes)	Ingresso de ex-aluno na banda municipal de música; aquisição de instrumento próprio para prosseguir na atividade.	Silva Neto (2025); Pires (2024)
Sustentabilidade institucional	Escolas geridas em parceria formalizada permanecem em funcionamento; projeto sem corresponsabilização estatal foi desativado.	Gonçalves (2021); Nakamura (2019); Santos Junior (2024)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A leitura do quadro permite responder à pergunta que orienta a pesquisa. As parcerias que sustentam as duas escolas sociais seguem um arranjo claro de responsabilidades, no qual a empresa assume o investimento físico e a prefeitura, a gestão continuada, formato que corresponde ao modelo de governança colaborativa descrito por Gonçalves (2021). A formalização das parcerias é aspecto decisivo, pois confere estabilidade ao arranjo e viabiliza a transparência e a prestação de contas que Santos Junior (2024) e Nakamura (2019) consideram condições para que cooperações desse tipo sirvam ao interesse público. Sob a ótica de Gaviria (2015), a legitimidade social do empreendimento apoia-se em confiança e diálogo contínuos, e,

nesse sentido, efetividade pública e legitimidade corporativa não se excluem: a empresa entrega serviços que transformam a vida de parte da população e, ao mesmo tempo, fortalece sua imagem no município. A Fazenda Vale Verde atua, portanto, como agente de desenvolvimento social efetivo, cujo alcance será tanto maior quanto mais as parcerias se mantiverem formalizadas, acompanhadas e integradas às necessidades da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a contribuição social da Fazenda Vale Verde, nome fictício adotado para preservar a identidade da empresa, para o desenvolvimento local de Piracuruca, estado do Piauí, a partir dos projetos sociais implementados via parcerias com o poder público. A análise foi conduzida por meio de estudo de caso misto, com entrevistas, questionário e observação direta.

Os resultados mostram que a contribuição social da empresa é visível e, em vários casos, duradoura. O questionário aplicado a 80 usuários da Escola de Artesanato apontou que 97,5% ampliaram o convívio social, 93,8% melhoraram a rotina e 80,0% relataram melhoria na qualidade de vida, e as entrevistas revelaram trajetórias de continuidade, como a de alunos da Escola de Música que ingressaram na banda municipal ou adquiriram instrumentos próprios, evidenciando outcomes de longo prazo. A divisão de responsabilidades observada nas escolas sociais, com o investimento físico a cargo da empresa e a gestão continuada a cargo da prefeitura, mostrou-se decisiva para a sustentabilidade das iniciativas, ao passo que o projeto implantado sem envolvimento do poder público encontra-se desativado. A empresa atua, portanto, como agente de desenvolvimento social efetivo, sustentado pela qualidade e formalização de sua relação com o poder público e com a comunidade.

A pesquisa enfrentou limitações relevantes. A principal foi a ausência de instrumentos formais de monitoramento e avaliação nos projetos sociais, uma vez que nenhum dos gestores relatou a existência de indicadores sistemáticos ou relatórios de acompanhamento, o que restringiu a mensuração de resultados de longo prazo e a comparação com iniciativas semelhantes. Some-se a isso o momento inicial da participação da maioria dos beneficiários, com menos de seis meses de projeto, que limita a captura de efeitos que demandam maturação.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o acompanhamento longitudinal dos beneficiários das escolas sociais por dois a cinco anos, a fim de mensurar em que medida as habilidades e vínculos adquiridos se traduzem em transformação social duradoura, bem como a ampliação do escopo para outros municípios do Matopiba piauiense com parcerias semelhantes, construindo uma análise comparativa dos modelos de governança colaborativa capaz de identificar os arranjos institucionais mais eficazes para o desenvolvimento social em regiões de fronteira agrícola.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, F. L. P.; CAMPOS, K. C.; CAMPOS, R. T.; AMARAL FILHO, J. do. Capital social e desenvolvimento local no arranjo produtivo local de café sombreado na região do maciço de Baturité, Ceará. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 24, n. 3, p. 877-892, 2023.

CAMPÊLO, J. R.; SILVA, J. O. da. A expansão do neoliberalismo e os impactos do agronegócio sobre povos e territórios. **Revista Pegada**, [s. l.], v. 26, p. 147-152, 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CUNHA, A. P. **Políticas públicas e ações de financiamento sustentável no agronegócio brasileiro**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

DE BENEDICTO, S. C. et al. Desigualdade territorial, vulnerabilidade social e pandemia de Covid-19: análise sistemática entre 2020 e 2024. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2025.

FREDERICO, S.; ALBUQUERQUE, B. H.; ALMEIDA, M. C. de. Fronteira agrícola e green grabbing: apropriação digital de terras nos cerrados piauienses. **Revista NERA**, [s. l.], v. 27, n. 4, e10420, 2024.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. Desenvolvimento humano e bem-estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 11, n. 2, p. 9-30, 2014.

GAVIRIA, E. M. A licença social para operar na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, C. Collaborative place-based health governance systems: stakeholders' perceptions in the Portuguese Baixo Vouga sub-region. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 26, supl. 1, p. 2415-2430, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados**: Piracuruca. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, New York, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.

LIMA, C. F. de et al. Impactos da expansão do agronegócio sobre indicadores de receitas, despesas e educação na região do Matopiba, 2007-2019. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 63, e287073, 2025.

LIMA, L. L. et al. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 13, e20210048, 2021.

MATOS, É. E. C.; PASSOS, A. N. **A gestão social e o desenvolvimento local como premissa para a mitigação de impactos sociais**. [S. l.: s. n.], 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOURA, J. E. A.; CAMPOS, K. C. Uma análise multidimensional do desenvolvimento rural no Matopiba brasileiro. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 39, e20237963, 2023.

NAKAMURA, A. L. S. As parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, [s. l.], v. 278, n. 2, p. 131-147, 2019.

OLIVEIRA, A. R. V. de et al. Governança colaborativa: análise da transparência ativa nos consórcios públicos de saúde no estado do Ceará/Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 22, n. 60, e15798, 2024.

OLIVEIRA, D. T. de; OLIVEIRA, A. G. Desenvolvimento local e regional: do estado da arte ao estado da prática. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 18, n. 52, p. 60-78, 2022.

PADILHA, Y. de L.; SOUZA, W. J. de. Capital social e políticas de desenvolvimento territorial: estudo multicasos nos Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 46, p. 163-180, 2019.

PIRES, R. R. C. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: uma abordagem analítica. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 32, n. 81, 2024.

REIS, E. C. G. dos; VÉRAS, M. P. B. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 537-560, 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUFO, T. F.; SOBRINHO, F. L. A.; ARAÚJO, G. C. C. de. A região do Matopiba: modernização agrícola, dinâmicas e transformações urbanas, em especial os cerrados piauienses. **Boletim de Geografia**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 243-260, 2019.

SANT'ANNA, L. T. Fatores institucionais, interorganizacionais e financeiros em parques tecnológicos: um estudo sob a ótica da governança colaborativa. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 579-593, 2021.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Governança neoliberal e parcerias público-privadas: estratégias de redução de riscos e difusão nas capitais brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20., 2024. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPUR, 2024. p. 61.

SILVA NETO, A. C. **Arranjos de implementação, capacidades estatais e inovação**: uma perspectiva de cooperação para o desenvolvimento local. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 2025.

SOUSA, R. F. de; SOUZA, W. J. de. Capital social: dimensão social do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 5, p. 196-209, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.